

CONTRATO CB-092/2023**CONTRATO DE COMPRA QUE FAZEM
ENTRE SI A NUCLEBRÁS EQUIPAMEN-
TOS PESADOS – NUCLEP E SEBRAS
INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.****1.0 DAS PARTES**

1.1 NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS – Empresa Pública, criada pelo Decreto nº. 76.805/75, de 16/12/1975, com sede na Av. Gen. Euclides de Oliveira Figueiredo, 200 – Brisamar – Itaguaí – RJ, CEP: 23825-410, CNPJ nº 42.515.882/0003-30, adiante denominada **NUCLEP**, representada neste ato pela Diretoria Executiva, cujas atribuições lhe são conferidas pelo Estatuto Social da Companhia, e **SEBRAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA** doravante denominada **CONTRATADA**, CNPJ nº 05.820.555/0001-01, com sede em Rua Hoefel Sander, nº 65, Fazenda São Borja, São Leopoldo- RS, CEP: 93044-830, representada por Valdir Luiz Huning, RG 6055703612, CPF 658.251.280-34, na qualidade de Representante Legal, tendo em vista o que consta no Processo nº 010142/2023 que substituiu o processo 0048739.00000250/2023-27 e em observância às disposições da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e do Regulamento de Licitações e Contratos da NUCLEP, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do fracasso do Pregão Eletrônico 056/2023 foi realizada a **Dispensa de licitação, com fulcro no art. 29 – inc. IV, da Lei 13.303/16**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

2.0 DO OBJETO E DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS

2.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de 03 (três) PORTAS RÁPIDAS AUTOMÁTICAS novas, sem uso, com material tipo lona, destinado à substituição das portas da cabine de jato e pintura, incluindo o serviço de instalação e mão de obra, inclusive o serviço de remoção das 03 portas que serão substituídas (sendo o descarte obrigação da CONTRATANTE), conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

2.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2.3. Os bens a serem adquiridos classificam-se como bens e serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 10.024, de 2019.

2.4. Discriminação do objeto:

2.4.1. 1 Porta Rápida Automática - tipo lona 10,43m (L) x 12m (A)- Estrutura Cinza + Lona Cinza- Resistência ao vento 55 km/h- Velocidade de abertura 0,3m/s:

- Essa porta será instalada na entrada da pintura Eixo J 29
- As medidas acima devem ser confirmadas na visita técnica.
- Preparação para painel de fechamento com lona de sacrifício
- Painel de comando com CLP - Adequado a NR 10
- Estrutura em aço carbono pintado – Cinza
- Motorização SEW
- Batente metálico
- Sensor de proteção para área classificada
- Instalação do painel de comando distante da porta (1,5m)
- Carenagem do motor
- Botoeira tripla lado porta (abrir+fechar+emergência) IP65 para área classificada zonas 1, 2, 21 e 22 (2un)
- Sinalizador visual (ambos os lados) para área classificada 1/2/21/22
- Porta inteligente 4.0 Standard c/ conexão WiFi (incluso pacote de acesso ao aplicativo e dashboard na web de 1 ano)
- Infra estrutura elétrica a prova de explosão
- Painel de comando com duas botoeiras (Homem Presente)
- Fechamento lateral em Chapa Aço Carbono 1020
- Possuir peças de reposição (ou estoque a pronta entrega) e assistência técnica
- Realizar a remoção das portas atuais
- Serviço de treinamento de manutenção preventiva (01 dia)
- Serviço de mão de obra de Instalação

2.4.2. 1 Porta Rápida Automática - tipo lona 10,43m (L) x 12m (A)- Estrutura Cinza + Lona Cinza- Resistência ao vento 55 km/h- Velocidade de abertura 0,25 m/s:

- Essa porta será instalada na entrada da pintura Eixo J 30
- As medidas acima devem ser confirmadas na visita técnica
- Painel de comando com CLP - Adequado a NR 10
- Estrutura em aço carbono pintado – Cinza
- Motorização SEW
- Painel de fechamento com lona de sacrifício
- Batente metálico
- Sensor de proteção para área classificada
- Instalação do painel de comando distante da porta (8 m)
- Carenagem do motor
- Botoeira tripla lado porta (abrir+fechar+emergência) IP65 para área classificada zonas 1, 2, 21 e 22 (2un)
- Botoeira tripla lado oposto (abrir+fechar+emergência) IP65 para área classificada zonas 1, 2, 21 e 22 (1un)
- Sinalizador visual (ambos os lados) para área classificada 1/2/21/22

- Porta inteligente 4.0 Standard c/ conexão WiFi (incluso pacote de acesso ao aplicativo e dashboard na web de 1 ano)
- Infra estrutura elétrica a prova de explosão
- Painel de comando com duas botoeiras (Homem Presente)
- Fechamento lateral em Chapa Aço Carbono 1020
- Possuir peças de reposição (ou estoque a pronta entrega) e assistência técnica
- Realizar a remoção das portas atuais
- Serviço de treinamento de manutenção preventiva (01 dia)
- Serviço de mão de obra de Instalação

2.4.3. 1 Porta Rápida Automática - tipo lona 4,91m (L) x 5,6m (A) Estrutura Cinza + Lona Azul- Resistência ao vento 105km/h- Velocidade de abertura 0,70 m/s:

- As medidas acima devem ser confirmadas na visita técnica
- Painel de fechamento com lona de sacrificio
- Painel de comando com CLP - Adequado a NR 10
- Estrutura em aço carbono pintado – Cinza
- Motorização SEW
- Batente metálico
- Sensor de proteção para area classificada
- Proteção de aço carbono com tampa acrílica
- Carenagem do motor
- Botoeira tripla lado oposto (abrir+fechar+emergência) IP65 para área classificada zonas 1, 2, 21 e 22 (0un)
- Sinalizador visual (ambos os lados) para area classificada 1/2/21/22
- Porta inteligente 4.0 Standard c/ conexão WiFi (incluso pacote de acesso ao aplicativo e dashboard na web de 1 ano)
- Pingadeira Chapa Aço Carbono 1020
- Fechamento lateral em Chapa Aço Carbono 1020
- Realizar a remoção das portas atuais
- Serviço de treinamento de manutenção preventiva (01 dia)
- Serviço de mão de obra de Instalação

2.5. Informações Complementares ao objeto:

2.5.1. Características:

- Os automatizadores especificados devem ser certificados de acordo com a Portaria INMETRO/MDIC n.º 371, de 29 de dezembro de 2009 (Certificação Compulsória de Segurança), e atender aos requisitos das normas ABNT NBR NM 60355-1 e IEC 60335-2- 103;
- Painel de comando adequado a NR 10
- Fornecer a documentação necessária para o procedimento de instalação, ASO de acordo com a função, seguro de vida individual, PPRA e PCMSO atualizado

- Os componentes elétricos deverão ser de um dos seguintes fabricantes: SIEMENS, ABB, SCHNEIDER ou WEG, sendo aceito de outros fabricantes que sejam da mesma qualidade ou superior e que sejam de fácil aquisição no mercado nacional, e que haja a prévia aprovação pelo corpo técnico da NUCLEP.

2.5.2. Treinamento:

2.4.2.1. A empresa contratada deverá fornecer pelo menos 01 (um) dia de treinamento de operação e manutenção das portas para os colaboradores selecionados da NUCLEP.

2.4.2.2. O treinamento deverá ser realizado na Nuclep e agendado com antecedência de 10 dias corridos no horário do turno administrativo da NUCLEP (das 7:40 às 16:30).

3.4.2.3. Deverá ser emitido certificado correspondente ao treinamento realizado (manutenção ou operação) e disponibilizado aos respectivos colaboradores indicados oportunamente.

2.5.3. Manutenção preventiva:

2.4.3.1. A empresa deverá realizar a manutenção preventiva programada de acordo com o plano de manutenção, com a troca de todos os itens constantes no escopo do referido plano de preventiva do equipamento adquirido, sem custo adicional.

2.4.3.2. A manutenção deverá ser feita nas pendências da NUCLEP e o fornecedor deverá ser o responsável pelos possíveis custos de transporte.

2.5.4. Documentação Fornecida:

- Manual de Operação;
- Manual de Manutenção;
- Manual e Cadastro de lista de peças e componentes;
- Manual de Garantia;
- Rede de Assistência Técnica.

2.5.5. Toda a documentação descrita no item 2.4.4. deverá ser fornecida em (duas) vias impressas e 1 (uma) via em mídia eletrônica, todas em língua portuguesa, devendo contemplar manuais de operação e manutenção do equipamento, em português, desenhos/diagramas dos sistemas elétrico, hidráulicos e de lubrificação do equipamento, lista de peças e componentes, bem como de sobressalentes necessários para a manutenção.

3.0 DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E ENTREGA

3.1 A vigência do presente contrato será de 24 (VINTE E QUATRO) meses, contados da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no art. 71, inciso I ou II, da Lei nº 13.303/2016, por acordo entre as partes.

3.2 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo e se for mantida a vantajosidade na contratação para a NUCLEP.

3.3 O objeto deste termo deverá ser entregue, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato.

3.4 O objeto deste termo deverá ser entregue e instalado na fábrica da NUCLEP no seguinte endereço:

- Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. – NUCLEP. Avenida General Euclides de Oliveira Figueiredo, 200 – Brisamar - Itaguaí – RJ – CEP 23825-410 (À margem da rodovia Rio Santos, no cruzamento com o Arco Metropolitano).

3.5 Todos os bens deverão ser entregues novos, sem uso, devidamente embalados e protegidos, acompanhados dos manuais indicados no item 3.6 do Termo de Referência e do termo de garantia.

3.6 O prazo para a contratada realizar correções de eventuais vícios encontrados no(s) objeto(s) adquirido(s), por ocasião da entrega provisória do mesmo ou no decorrer do prazo de garantia, e entregá-lo com as correções ou substituições necessárias será de no máximo 90 (noventa) dias a contar da notificação por parte da NUCLEP.

4.0 DO VALOR

4.1 Pela execução do objeto contratado, será devido à CONTRATADA o valor total de **R\$ 505.990,00 (QUINHENTOS E CINCO MIL, NOVECENTOS E NOVENTA REAIS)**, conforme proposta apresentada (Anexo II deste Contrato), cujo pagamento observará a Cláusula de Pagamento deste instrumento, e a composição de custos da CONTRATADA.

4.2 No preço deverão estar incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive todos os tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, prêmios de seguros, fretes, assim como as despesas de qualquer natureza, que se fizerem indispensáveis ao cumprimento integral do objeto.

4.3 A CONTRATADA deverá arcar com os ônus decorrentes de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso os quantitativos previstos inicialmente em sua proposta não sejam satisfatórios para o atendimento ao objeto deste Contrato.

5.0 DO EMPENHO

5.1 Tão logo seja emitido o competente empenho, seus dados, bem como sua classificação programática, serão objeto de adendo ao presente contrato.

6.0 DO PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no capítulo 8 do Termo de Referência, anexo ao Edital.

7.0 DO REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no capítulo 12 do Termo de Referência, anexo ao Edital.

8.0 DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

8.1 O equilíbrio econômico-financeiro é aquele previsto no Termo de Referência, anexo ao Edital.

9.0 GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1 A garantia da execução é aquela conforme regras constantes do capítulo 13 do Termo de Referência, anexo ao Edital.

10.0 DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1 As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no capítulo 7 do Termo de Referência, anexo ao Edital.

11.0 DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por empregado designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo ao Edital.

12.0 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

12.1 As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas nos capítulos 9 e 10 do Termo de Referência, anexo ao Edital.

13.0 DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1 A subcontratação é aquela prevista no capítulo 16 do Termo de Referência, anexo ao Edital.

14.0 DAS PENALIDADES

14.1 A inexecução total ou parcial das condições pactuadas neste contrato sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) Suspensão temporária de licitar e impedimento de contratar com a NUCLEP por prazo até 2 (dois) anos.

14.1.1 As não conformidades detectadas na entrega do objeto e outros registros considerados relevantes pela Fiscalização da NUCLEP, que evidenciem a mora, o descumprimento de obrigações ou a inexecução parcial ou total do contrato, motivarão a aplicação das sanções/penalidades previstas nesta cláusula.

14.2 Da Advertência:

14.2.1 A sanção de advertência de que trata a alínea “a” da subitem 18.1 tem previsão legal no inc. I do art. 83 da Lei 13.303/16 e poderá ser aplicada nos casos de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato e/ou outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da NUCLEP, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

14.3 Da Multa de mora:

14.3.1 A Multa de Mora tem previsão legal no art. 82 da Lei 13.303/16, sendo aplicada à CONTRATADA mediante desconto em garantia pecuniária, se prevista no presente contrato, ou em créditos da CONTRATADA, em decorrência de perda de prazo, atraso injustificado na entrega do objeto contratado ou do retardamento de alguma obrigação inicial, não vinculados a interesses da NUCLEP.

14.3.2 Pelo atraso na entrega do objeto em relação ao prazo estipulado e/ou execução de obrigação inicial: multa de 1% (um por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento) do valor contratado.

14.3.3 A multa de mora não impede que a NUCLEP rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas neste contrato.

14.4 Da Multa por descumprimento de obrigações:

14.4.1 A Multa por descumprimento de obrigações tem previsão legal no Inciso II do art. 83 da Lei 13.303/16, sendo aplicada à CONTRATADA mediante desconto em garantia pecuniária, se prevista no presente contrato, ou em créditos da CONTRATADA, da seguinte forma:

a) pela recusa/demora na retirada/devolução/substituição/correção do objeto rejeitado/defeito, em relação aos prazos estabelecidos: multa de 1% (um por cento) sobre o valor do objeto rejeitado/defeito, por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento);

b) pelo atraso na manutenção ou na substituição do objeto rejeitado/defeito, durante o período de garantia: multa de 1% (um por cento) sobre o valor deste contrato, por dia de atraso, até o limite de 10% do valor;

c) pela recusa formal em fazer a manutenção ou substituir o objeto rejeitado/defeito, durante o período de garantia: multa de 15% (quinze por cento) do valor contratado;

d) pela omissão em fazer a manutenção ou substituir o objeto rejeitado/defeito, durante o período de garantia, caracterizada após o 10º (décimo) dia útil do prazo estipulado para a manutenção/substituição: multa de 15% (quinze por cento) do valor contratado;

e) pelo não cumprimento de qualquer outra condição fixada neste contrato e não abrangida pelas alíneas anteriores: multa de 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento de descumprimento, ficando seu total limitado à 10% (dez por cento) do valor contratado.

14.4.2 O valor das multas previstas nesta subcláusula está limitado a 100% (cem por cento) do valor do contrato.

14.5 Da Multa pela inexecução do contrato:

14.5.1 Quando da inexecução parcial ou total do contrato, a CONTRATADA se sujeitará ao pagamento de multa compensatória de até 15% (quinze por cento) do valor contratado, incluindo-se valores de eventuais aditivamente, sem prejuízo da rescisão contratual e outras sanções legais.

14.5.1.1 A multa prevista neste item possui a natureza jurídica de prefiguração de indenização por perdas e danos e visa a compensar a Administração por eventuais prejuízos causados pelo inadimplemento contratual.

14.6 Da suspensão de licitar e impedimento de contratar:

14.6.1 Sanção de maior rigor, que impõe à CONTRATADA a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a NU-

CLEP, com base no art. 83 inc. III da Lei 13.303/16, sem prejuízo da aplicação das multas e outras sanções legais cabíveis.

14.6.2 A NUCLEP adotará os eventos e prazos seguintes para impedimento da CONTRATADA que:

- a) não manter as condições habilitatórias vigentes à data da celebração contratual, excetuando-se as relativas ao porte da CONTRATADA, durante sua vigência – prazo de 06 (seis) meses;
- b) não recompor a qualidade e eficiência acordadas, quando esgotados os sancionamentos próprios, regulares e inerentes aos monitoramentos técnico-operacional e administrativo do gerenciamento contratual – prazo de 12 (doze) meses;
- c) falhar ou fraudar na execução do contrato ensejando o retardamento de seu objeto – prazo de 02 (dois) anos;
- d) inexecução contratual total ou parcial – prazo de 02 (dois) anos;
- e) sofrer condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos – prazo de 02 (dois) anos;
- f) tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação – 02 (dois) anos;
- g) demonstre não possuir idoneidade para contratar com o NUCLEP em virtude de atos ilícitos praticados – prazo de 02 (dois) anos.

14.6.3 Para registro da penalidade no SICAF, a abrangência da penalidade será no âmbito da NUCLEP.

14.7 Observações gerais acerca da aplicação de penalidades:

14.7.1 As sanções de advertência, suspensão de licitar e impedimento de contratar poderão ser aplicadas com a sanção de multa.

14.7.2 As penalidades estão sujeitas a apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo Processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis da notificação pela NUCLEP.

14.7.3 O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido à conta informada pela NUCLEP, após o vencimento do prazo recursal, podendo a NUCLEP, para tanto, descontar da garantia, se prevista no presente contrato, das notas fiscais vincendas e/ou ainda cobrá-las judicialmente, se julgar conveniente.

14.7.3.1 Poderá a NUCLEP, se julgar conveniente, efetivar compensações e/ou caucionamentos preventivos de multas e descontar de notas fiscais por ocasião dos seus pagamentos, ainda que inexistir relação de causa e efeito entre o valor faturado e o fato gerador da multa.

14.7.3.2 As multas e demais penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo do pagamento das perdas e danos e da rescisão contratual.

14.7.4 A autoridade competente para decisão quanto a aplicação das sanções levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à NUCLEP, observado o princípio da proporcionalidade.

14.7.4.1 Os prazos para impedimento de licitar previstos no item 18.6.2 poderão ser adequados por decisão da autoridade superior, em razão do histórico de adimplemento do contrato.

14.7.5 As autoridades competentes no NUCLEP, para fins deste contrato, estão previstas na Norma Interna de Aplicação de Sanção.

14.7.6 As sanções aplicadas pelo NUCLEP serão registradas no SICAF, após esgotado o processo de sancionamento.

15.0 DA MATRIZ DE RISCOS

15.1 A matriz de riscos é aquela prevista no Termo de Referência, anexo ao Edital.

16.0 DA RESCISÃO DO CONTRATO

16.1 O instrumento contratual poderá ser rescindido unilateralmente pela NUCLEP, independentemente de notificação ou de interpelação, judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

16.1.1 Diante do não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

16.1.2 Diante da lentidão do seu cumprimento, levando a NUCLEP a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

16.1.3 Diante do atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

16.1.4 Pela paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à NUCLEP;

16.1.5 Pelo desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, assim como as de seus superiores; e,

16.1.6 Pelo cometimento reiterado de faltas na sua execução.

16.1.7 A associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação não admitidas no edital e no contrato;

16.1.8 Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da contratada;

16.1.9 Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do contrato;

16.1.10 Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do contrato;

16.1.11 Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo gerente geral de Compras e Contratações e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato.

17.0 DA CESSÃO DE CONTRATO OU DE CRÉDITO E SUCESSÃO CONTRATUAL

17.1 É vedada a cessão ou transferência deste Contrato, total ou parcialmente, ou de qualquer crédito dele decorrente, bem como a emissão, por parte da CONTRATADA, de qualquer título de crédito em razão do mesmo.

17.2 A sucessão contratual será permitida somente em decorrência de operações societárias de fusão, cisão ou incorporação realizada pela CONTRATADA, e desde que:

I. Previamente analisado e consentido pela NUCLEP, considerando eventuais riscos ou prejuízos para o adimplemento contratual;

II. Sejam mantidas todas as condições contratuais, inclusive quanto aos requisitos de habilitação originais; e

III. Exista expressa concordância do sucessor em assumir a responsabilidade pela execução do presente Contrato e receber os créditos dele decorrentes.

18.0 DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

18.1 O contrato somente poderá ser alterado por acordo entre as partes.

18.2 O contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes nos seguintes casos:

18.2.1 Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

18.2.2 Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

18.2.3 Quando conveniente à substituição da garantia de execução;

18.2.4 Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens;

18.2.5 Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da NUCLEP para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

18.2.6 Em havendo alteração do contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, deverá restabelecido, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

19.0 DA FORÇA MAIOR

19.1 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior na execução do objeto do contrato deverá ser comunicada por escrito pela CONTRATADA, no prazo de até 48 horas, contadas da data do evento, na qual deverá descrever minuciosamente o fato e fazer prova da sua existência.

19.2 Em nenhuma hipótese serão considerados casos fortuitos ou de força maior prejuízos que, eventualmente, venham a ser causados à NUCLEP, por imperícia, negligência, imprudência ou omissão dos empregados/colaboradores/prepostos da CONTRATADA ou de terceiros.

19.3 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos emergentes e lucros cessantes causados à NUCLEP, salvo se estiver em mora e aquele ocorrer durante o atraso do adimplemento da obrigação.

19.4 As penalidades não serão aplicadas se a inexecução total ou parcial do contrato se der em virtude de caso fortuito ou de força maior.

19.5 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, desde que acarretem o impedimento à execução do objeto do contrato, é motivo para a rescisão unilateral contratual pela NUCLEP.

20.0 DA ANTICORRUPÇÃO

20.1 As partes declaram, neste ato, que conhecem e entendem os termos da Lei Federal nº 12.846/2013 (lei anticorrupção) e sua legislação correlata e estão cientes que, na execução do eventual futuro contrato, é vedado às partes incluindo seus empregados, prepostos e/ou gestores:

20.1.1 Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

20.1.2 Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o eventual futuro contrato;

20.1.3 Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais;

20.1.4 Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do eventual futuro contrato; ou

20.1.5 De qualquer maneira fraudar o presente contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013, do Decreto nº 8.420/2015 ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis, ainda que não relacionadas com o eventual futuro contrato.

21.0 DO COMPROMISSO ÉTICO

21.1 A CONTRATADA declara, outrossim, conhecer e comprometer-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Conduta e Integridade da NUCLEP, o qual encontra-se disponível no link: <https://www.nuclep.gov.br/pt-br/governanca-corporativa>.

22.0 DO ACOMPANHAMENTO CONTRATUAL

22.1 A NUCLEP indica, como órgão administrador do contrato, A GERÊNCIA DE CALDEIRARIA E MONTAGEM - IPC, a qual deverá acompanhar e fiscalizar o objeto deste

Termo, de modo a zelar pelo integral cumprimento de todas as cláusulas e condições estabelecidas neste documento.

22.2 O órgão administrador de contrato anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

22.3 O órgão administrador do contrato indicará um de seus colaboradores para exercer a função de Fiscal do Contrato.

23.0 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 Este Instrumento Contratual representa tudo o que foi pactuado de comum acordo entre a NUCLEP e a CONTRATADA com relação ao objeto nele previsto.

23.2 Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das Partes, com o intuito de solucionar o impasse, sem que haja prejuízo para nenhuma delas, tendo por base o que dispõem a Lei nº 13.303/2016 e demais legislações vigentes aplicáveis à espécie.

23.3 Eventual omissão ou tolerância quanto à exigência do cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente deste Contrato não constituirá renúncia ou novação nem impedirá as partes de exercerem os seus direitos a qualquer tempo.

24.0 DO FORO

24.1 As partes elegem o foro da cidade de Itaguaí para dirimir quaisquer questões oriundas do cumprimento do presente Contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias, de igual forma e teor.



CB-092/2023

Itaguaí, de de 2023.

NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A – NUCLEP
CNPJ: 42.515.882/0003-30

Representante Legal

Representante Legal

SEBRAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
CNPJ: 05.820.555/0001-01

Representante Legal

